



Subcomissão discute reestruturação dos órgãos de segurança pública

Representantes da Polícia Civil, da Polícia Federal e do Ministério da Justiça devem discutir amanhã, no Senado, um novo modelo para atuação dos órgãos responsáveis pela segurança pública. **2**



Helicóptero da Polícia Civil sobrevoa o Morro da Mangueira, no Rio de Janeiro: modelo da segurança pública em debate

Fiscalização e Controle pode analisar obras da Petrobras

Veto do presidente Lula deve ser examinado em reunião da comissão prevista para amanhã, quando também o Congresso Nacional terá sessão com a matéria na pauta

Irregularidades apontadas em obras da Petrobras pelo Tribunal de Contas da União poderão ser discutidas em audiência pública na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). Amanhã, a CMA deve votar requerimento de Renato Casagrande que propõe debate sobre o tema, com a presença do ministro-chefe da Controladoria-Geral da União, Jorge Hage; do presidente do Tribunal de Contas da União, ministro Ubiratan Aguiar; e do presiden-

te da CMO, senador Almeida Lima (PMDB-SE).

Deverá ser avaliado ainda, na audiência, o veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a dispositivo da lei orçamentária que impedia essas obras da Petrobras de receberem recursos. O veto está na pauta da sessão do Congresso Nacional, também prevista para amanhã.

Casagrande afirma ser necessário estabelecer "o debate institucional, com a oportunidade equitativa de manifestação das altas partes envolvidas". **3**



José Cruz

Heráclito instala sindicância para apurar denúncias de fraude nas horas extras

Comissão de sindicância criada pelo 1º secretário do Senado, Heráclito Fortes, vai apurar denúncia de que cinco servidores do Senado teriam registrado a realização de horas extras por meio do sistema eletrônico implantado no ano passado, usando os computadores

de suas próprias casas, o que constituiria fraude. Heráclito atribuiu o fato a uma "cultura" existente no serviço público brasileiro de burlar regras e disse que caberá à comissão decidir que punição será aplicada aos servidores, passíveis até mesmo de demissão. **2**



José Cruz

Adelmir: candidatos devem refletir sobre temas importantes para o país

Senadores cobram debate de reformas política e tributária

Adelmir Santana defendeu a discussão das reformas política e tributária pelo Congresso. Marco Maciel disse que as reformas são "a prioridade das prioridades" e Mesquita Júnior lamentou a falta de interesse pelo tema. **4**

Senado comemora Dia do Aposentado

O Senado realiza sessão especial para comemorar o Dia Nacional do Aposentado. Com o novo salário mínimo, a folha paga aos 27 milhões de aposentados totalizou R\$17,1 bilhões. **2**



Fonte: Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap)

Para senador, Carta de 1988 é obra monumental de difícil cumprimento

Mesquita Júnior quer Constituição regulamentada

O senador Geraldo Mesquita Júnior conclamou o Congresso a priorizar a votação de projetos para regulamentar artigos da Constituição até hoje não aplicados por falta de legislação complementar. **4**

Comissão criada pelo 1º secretário vai apurar denúncia de que cinco servidores teriam registrado turno adicional de trabalho a partir de computadores residenciais

Heráclito manda apurar denúncia contra servidores

O 1º SECRETÁRIO, senador Heráclito Fortes (DEM-PI), disse que, se as investigações comprovarem a denúncia de que cinco servidores do Senado teriam registrado horas extras a partir de computadores residenciais, eles correm o risco de demissão.

Heráclito informou que, tão logo soube dessa denúncia de fraude, determinou a abertura de sindicância para a apuração dos fatos. Ele disse que a comissão designada para fazer a investigação é que vai indicar que punição sofrerão os servidores.

Para Heráclito, o fato de alguém praticar uma fraude para ganhar hora extra demonstra que existe uma cultura do serviço público que o Senado luta para extinguir.

– Infelizmente é comum, não aqui no Senado, mas é comum na administração pública brasileira essa história de burlar hora extra, de burlar o ponto, de enganar a si próprio. Não é



Para Heráclito, há uma cultura no serviço público para burlar regras

só aqui. Hoje, com esse compromisso que estamos assumindo com a transparência, estamos tomando providências. Mas, se você examinar, a Esplanada dos Ministérios está cheia de casos dessa natureza. E foi naturalmente com essa cultura que eles foram contaminados.

Heráclito não acredita que o fenômeno seja causado apenas por falta de fiscalização do

governo.

– Na verdade, é a cultura do serviço público. Tem gente que tem um cargo no serviço público, mas faz dele um bico. Vem aqui, bate o ponto e depois tem outras atividades, umas até legais, no caso dos professores, quando não há conflito de horários, outras ilegais, porque há acumulação – tem butique, sapataria – e vem aqui, recebe salário, um salário razoavelmente bom, mas não cumpre com a carga horária.

O 1º secretário enfatizou que o Senado tem concentrado esforços na luta contra essa cultura. Práticas como a obrigatoriedade do registro de ponto, hoje já informatizado, conforme afirmou, são providências para dar maior austeridade à Casa. Heráclito Fortes informou ainda que, em 90 dias, estarão em funcionamento os sensores biométricos para o registro da impressão digital.

Sessão especial comemora Dia Nacional do Aposentado

A pedido do senador Paulo Paim (PT-RS), o Senado realiza sessão especial hoje, às 11h, para comemorar o Dia Nacional do Aposentado, 24 de janeiro.

O Dia do Aposentado (quando também é celebrado o Dia da Previdência Social) foi criado em 1981 pela Lei 6.926. Segundo o Ministério da Previdência Social, o país tem mais de 27 milhões de aposentados e pensionistas que recebem pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

O pagamento aos aposentados e pensionistas do INSS com o

novo salário mínimo, de R\$ 510, totalizou R\$ 17,1 bilhões. Desse total, R\$ 3,4 bilhões são pagos aos 8,1 milhões de beneficiários na zona rural.

Baseado em dados da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap), nos últimos 15 anos, 4,5 milhões de aposentados e pensionistas que recebiam mais de um salário mínimo passaram a receber apenas o piso. Hoje, 18,3 milhões de aposentados recebem apenas o salário mínimo. Até 2020, 26,5 milhões de aposentados



Paim denuncia a perda de poder aquisitivo dos aposentados

do INSS passarão a ganhar o mínimo, caso permaneça em vigor a atual legislação. A perda acumulada das aposentadorias e pensões, entre 2004 e 2009, é de 78,84%.

CAE examina incentivo à legalização de empregado

Milhares de pessoas que trabalham sem qualquer registro poderão ser beneficiadas por projeto (PLS 584/07) que anistia todas as multas previdenciárias e de FGTS, recolhidas pelo INSS e pela Caixa Econômica Federal, quando o empregador registra com atraso a contratação de um empregado.

A proposta está incluída na pauta da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que se reúne amanhã.

Além da anistia, o empregador poderá parcelar em até 15 anos, com juros de 6% ao ano mais inflação, os recolhimentos atrasados.

A anistia está prevista em projeto do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), para quem a medida poderá ser um incentivo à legalização dos empregados. A proposta recebeu voto favorável do relator, João Vicente Claudino (PTB-PI). Para ele, ganham não só os empregados, que passam

a contar com assistência previdenciária, seguro-desemprego e aposentadoria, mas também o próprio governo, com o aumento da arrecadação.

João Claudino destacou que estudos apontam a existência de 20 milhões de brasileiros que trabalham informalmente.

O projeto prevê ainda que a anistia e o parcelamento dos débitos serão concedidos durante os 12 meses seguintes à sanção presidencial.

Subcomissão discute como reestruturar a segurança pública

A Subcomissão Permanente de Segurança Pública reúne-se amanhã para discutir a reestruturação dos órgãos de segurança pública. O grupo é presidido pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), que solicitou o debate.

Foram convidados o secretário Nacional de Segurança Pública e representante do Ministério da Justiça, Ricardo Brisolla Balestrieri; o presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal, Sandro Torres Avelar; e o presidente da Associação dos Agentes de Polícia Civil do Distrito Federal, Alexandre Ribeiro Sarmento.

A Subcomissão Permanente de Segurança Pública funciona no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Cida-



Jereissati preside a Subcomissão Permanente de Segurança Pública

dania (CCJ) e conta com nove membros titulares e o mesmo número de suplentes.

O senador César Borges (PR-BA) é o vice-presidente da subcomissão, que tem como relator o senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE).

Especialistas debatem na CRA o Estatuto do Produtor Rural

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) realizará, amanhã, uma reunião extraordinária para discutir a proposta de Estatuto do Produtor Rural. A ideia de debater as questões relacionadas ao direito de propriedade partiu dos senadores Kátia Abreu (DEM-TO), João Pedro (PT-AM), Augusto Botelho (PT-RR) e Marconi Perillo (PSDB-GO).

O evento ocorrerá a partir das 9h30, na sala 2 da Ala Alexandre Costa. Para participar da audiência pública, foram convidados:

- o professor e jurista Ives Gandra Martins, especialista em Direito Tributário;
- o ex-ministro da Agricultura, produtor rural e coordena-

dor do Centro de Agronegócio da Fundação Getúlio Vargas, Roberto Rodrigues;

– um representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA);

– o professor de Direito Civil da Universidade Federal do Paraná Luiz Edson Fachin;

– o promotor de Justiça do estado de São Paulo Marcelo Goulart;

– um representante da Associação dos Juizes para a Democracia;

– a advogada tributarista, auditora fiscal aposentada do Tesouro de Goiás e assessora tributária da Fundação da Agricultura e Pecuária do Estado de Goiás, Marília Ferreira Guedes Vecci.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário homenageia Dia do Aposentado

Às 11h, sessão especial para comemorar o Dia Nacional do Aposentado. Às 14h, a sessão plenária é não deliberativa, destinada a pronunciamentos de senadores. Entre os inscritos, estão Marco Maciel (DEM-PE) e Mão Santa (PSC-PI).

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de sexta-feira do Senado Federal foi presidida por Serys Slhessarenko • Geraldo Mesquita Júnior • Augusto Botelho • Geovani Borges • Mozarildo Cavalcanti • Paulo Duque • Mão Santa

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Elina Rodrigues Pozebom e Moisés Oliveira
Edição: Nelson Oliveira e Silvia Gomide

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editores: Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, João Carlos Teixeira e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo S. Alves
Revisão: André Falcão, Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920



Educação efetiva depende de saúde e boas condições sociais, diz Maciel

Maciel ressalta importância da educação básica

Em discurso, na última sexta, Marco Maciel (DEM-PE) destacou a importância da educação. Para ele, dar prioridade à educação em todos os níveis é evitar mais demandas futuras.

– Se as crianças que estão chegando à escola já estiverem preparadas e com maior motivação, a performance do sistema de ensino no geral será muito mais efetiva – avaliou.

Ele lamentou que a política educacional brasileira esteja centrada apenas nos adultos e na colocação de crianças na sala de aula, descuidando da base, que começa antes da escola.

– É preciso olhar a questão da saúde, das capacidades cognitivas, dos problemas sociais e outras questões. É um portfólio de intervenções que são requeridas conjuntamente – reiterou.

Maciel solicitou à Mesa que inclua na ordem do dia projeto dele que cria a residência educacional nos moldes da residência médica (PLS 227/07).

Heráclito pede que TRE investigue caravanas do PT

O senador Heráclito Fortes (DEM-PI) fez um apelo na sexta-feira para que o Tribunal Regional Eleitoral do Piauí investigue “de maneira profunda” as ações do PT naquele estado, principalmente as caravanas que o partido vem realizando por várias cidades, sob a argumentação de comemorar 30 anos de existência.

Segundo Heráclito, carros de luxo e aviões estariam transportando militantes do partido, “numa dicotomia estranha, porque diferencia muito daquele partido que andava de fusca e de kombi”.

– Quero fazer um apelo ao TRE para que investigue de maneira profunda o que está sendo feito no Piauí. Não é possível que essas caravanas continuem da maneira como estão sendo feitas: com o uso da máquina pública e, acima de tudo, com gasto do dinheiro público.

Heráclito sugeriu ao tribunal que faça um cruzamento dos preços pagos pelo governo do Piauí no aluguel de carros de luxo e aviões com os valores de mercado, para ver “o tamanho do escândalo que se comete hoje, no Piauí, com recurso público”.

O senador também acusou o governador Wellington Dias de prometer obras para depois de quando deixar o cargo, em abril.

Renato Casagrande quer ouvir Controladoria-Geral, Tribunal de Contas da União e Comissão de Orçamento sobre quatro obras da estatal suspeitas de irregularidades

Obras da Petrobras na pauta de comissão e do Congresso

AS IRREGULARIDADES APONTADAS em quatro obras da Petrobras pelo Tribunal de Contas da União (TCU) poderão ser discutidas em audiência pública na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). Amanhã, a comissão deve votar requerimento de Renato Casagrande (PSB-ES) propondo o debate com a presença do ministro-chefe da Controladoria-Geral da União, Jorge Hage, do presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Ubiratan Aguiar, e do presidente da CMO, senador Almeida Lima (PMDB-SE).

A discussão inclui o veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a dispositivo da lei orçamentária que impedia que as quatro obras da Petrobras recebessem recursos devido às irregularidades em auditorias do TCU. Esse veto está na pauta da sessão do Congresso, também prevista para amanhã.

Casagrande afirma que é necessário estabelecer “o debate institucional, com a oportunidade equitativa de manifestação das altas partes envolvidas”.

A pauta da CMA inclui outros 11 itens, entre os quais, projeto do senador Raimundo Colombo (DEM-SC) que obriga postos



Casagrande sugere audiência com autoridades responsáveis pela fiscalização

revendedores de combustíveis a afixarem em local visível informações sobre a composição dos preços de cada tipo de combustível à venda (PLS 195/09). Essa proposta receberá decisão terminativa na comissão.

Fósseis

Outro projeto que receberá decisão terminativa na CMA é do senador Pedro Simon (PMDB-RS) e trata da proteção dos depósitos fossilíferos existentes em território nacional e dos fósseis neles coletados, considerados bens da União e patrimônio cultural e natural brasileiro (PLS 57/05).

Também está na pauta da reunião projeto de lei do senador

Jayme Campos (DEM-MT) que determina que os rótulos de refrigerantes, refrescos, xaropes, preparados para refresco ou para refrigerante e sucos com adição de açúcar especifiquem o teor calórico das bebidas e apresentem frase de advertência quanto aos riscos para o surgimento de obesidade infantil (PLS 196/07).

Outra matéria que poderá ser votada na terça-feira é o projeto de lei do senador João Vicente Claudino (PTB-PI) que concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) a aparelhos de destilação e de osmose inversa destinados à dessalinização de água (PLS 337/09).

Raupp comemora redução do desmate



Valdir Raupp

Valdir Raupp (PMDB-RO) comemorou em Plenário o anúncio feito pelo ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, de redução de 49% nos índices de desmatamento na Amazônia entre agosto e novembro de 2009, comparados com o mesmo período de 2008.

Se esse ritmo for mantido, Raupp acredita que o país atingirá, já em 2010, as metas para até 2020, acertadas junto às Nações Unidas.

O senador atribui os dados positivos a medições mais exatas das áreas monitoradas, melhor fiscalização e, principalmente, a uma maior consciência ambiental por parte dos habitantes da Amazônia.

A intenção do governo, afirmou, é dar continuidade à preservação do meio ambiente, o que pode ser atestado pela entrada em operação do satélite japonês Alos, capaz de fazer observações da Amazônia mesmo com a presença de nuvens.

– A redução do desmatamento mostra que as medidas tomadas pelo governo Lula nos últimos sete anos produziram resultados concretos, tendo como consequência uma mudança profunda na maneira como o brasileiro lida com o meio ambiente.

Raupp sugere que o país crie mecanismos de compensação para os estados que preservam, como a liberação de áreas consolidadas em que os habitantes já realizam produção de sobrevivência, e a criação de polos industriais, como o da Zona Franca de Manaus. Essas iniciativas podem diminuir a pressão das populações locais por desmatamento, afirmou.

Geovani Borges (PMDB-AP) e Augusto Botelho (PT-RR) cobraram melhores condições de sobrevivência para os amazônidas.

Proposta ajuda alunos a pagar dívidas do Fies



Renan Calheiros

Renan Calheiros (PMDB-AL) anunciou que está apresentando ao Senado projeto de lei que estende o abatimento mensal de 1% do saldo devedor do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) a todos os alunos universitários. Atualmente,

o benefício é concedido a professores em efetivo exercício na rede pública de educação básica e a médicos integrantes das equipes de saúde da família que atuam em regiões consideradas carentes, participantes do Fies.

De acordo com o projeto, para abater o saldo devedor do Fies, o aluno deverá prestar serviços ao estado ou ao município, dentro do projeto Bolsa Qualificação, com duração de 12 meses, podendo ser renovado por igual período. Os profissionais ligados ao Bolsa Qualificação não poderão ultrapassar 20% do quadro efetivo do estado ou município. A remuneração irá variar de um a dois salários mínimos.

Para Renan Calheiros, como nem todos os alunos conseguem emprego durante ou após a conclusão do curso superior, surgem dificuldades para a quitação das mensalidades do empréstimo contraído, pagas quando o estudante ainda está na universidade.

– Mesmo com os juros baixos, o valor da parcela, que é de R\$ 50 no máximo a cada três meses, não é suficiente para abater os juros, o que resulta no aumento do saldo devedor – garantiu o senador, ao lembrar que o atual saldo a pagar do Fies bate na casa dos R\$ 5 bilhões.

Criado em 1999 para substituir o Programa de Crédito Educativo, o Fies é destinado a financiar cursos de graduação de estudantes que não tenham condições de arcar com os custos de sua formação.



Beneficiários do Bolsa Família são incentivados a abrir contas, diz Cassol

Sadi Cassol destaca projeto de inclusão bancária

A importância do Projeto de Inclusão Bancária dos Beneficiários do Bolsa Família, iniciativa conjunta do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e da Caixa Econômica Federal, foi ressaltada pelo senador Sadi Cassol (PT-TO). O objetivo do projeto é incentivar a abertura e a utilização de contas pelos beneficiários do programa, pessoas de baixa renda que, como explicou, nunca tiveram a possibilidade de acesso aos serviços bancários do Brasil.

Apesar de estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) indicar aumento de 57,5% no número de contas correntes, que evoluiu de 43,3 milhões para 62,8 milhões entre os anos de 2001 e 2007, o senador informou que, segundo estimativas, apenas 15% das pessoas de baixa renda possuem conta bancária, em contraste com 64% daqueles com renda superior.



Para a senadora, é preciso redesenhar o papel da mulher na sociedade

Serys cobra maior presença feminina na política

A senadora Serys Sghessarenko (PT-MT) voltou a cobrar a igualdade de direitos entre mulheres e homens, especialmente no trabalho e na política. Para ela, é preciso redesenhar o papel da mulher na sociedade e fazer com que o sexo feminino “saia de sua condição secularmente oprimida, marginalizada, e ingresse para a história dos direitos humanos”.

A senadora previu que 2010 será o ano feminino na política, pois, pela primeira vez, observou, duas mulheres – Dilma Rousseff e Marina Silva – estarão disputando o cargo de presidente da República. A seu ver, o fato, por si só, aumenta as chances de vitória do segmento feminino.

Ela também exortou as mulheres a se candidatem a cargos eletivos nas próximas eleições, preenchendo, dessa maneira, as cotas femininas, de acordo com a legislação.



Paulo Duque parabeniza jornalista pela menção a discurso de Afonso Arinos

Paulo Duque elogia artigo de Villas-Bôas Corrêa

O senador Paulo Duque (PMDB-RJ) sugeriu que o Senado envie congratulações ao jornalista Villas-Bôas Corrêa por ter, em recente artigo, classificado como “o maior discurso político já feito no Brasil” o pronunciamento do então líder da oposição, Afonso Arinos, feito em 23 de agosto de 1954. No pronunciamento, Afonso Arinos pedia a renúncia do presidente Getúlio Vargas, envolto em escândalos que o impediam de governar.

– A atitude de Afonso Arinos teve como consequência o suicídio de Getúlio, preocupado em manter a sua honra. Ele compreendeu que a honra está acima da presidência, por ser o valor maior da vida de qualquer pessoa, e preferiu “sair da vida para entrar na história”. O suicídio de Getúlio foi a maior tragédia política que já aconteceu no Brasil, mas deixou essa lição ímpar – disse o senador.



Mão Santa: morte precoce impediu que Portela fosse presidente da República

Mão Santa destaca legado político de Petrônio Portela

O senador Mão Santa (PSC-PI) relembrou na sexta-feira a morte precoce de seu conterrâneo, Petrônio Portela, aos 54 anos, “único fato que o impediu de ser o primeiro presidente civil da República, depois do período militar”.

– Já se passaram 30 anos, durante os quais o Brasil viveu sem o mais brilhante piauiense da política, um defensor intransigente da democracia, um homem de ideias e ideais que tinha tudo para vencer a disputa pelo cargo de presidente da República, no Colégio Eleitoral de 1985. Ele representaria o PDS e Tancredo Neves seria seu vice, indicado pelo PP. Tenho certeza de que ganhariam a eleição – afirmou.

Marco Maciel (DEM-PE) concordou que Portela teve valor excepcional na política brasileira e, se não tivesse falecido precocemente, poderia ter sido eleito presidente da República.

Questão precisa ser tratada com urgência pelo Congresso Nacional, de modo a permitir a aplicação integral do texto da Constituição brasileira, afirma senador

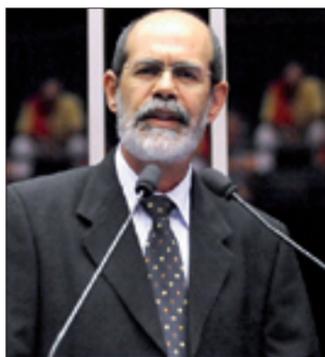
Mesquita cobra conclusão da regulamentação da Carta

GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC) conclamou ontem os parlamentares a se empenharem na tarefa de concluir a regulamentação de dispositivos constitucionais ainda pendentes, dando prioridade à votação das matérias com esse objetivo. Para o senador, a questão tem que ser tratada com urgência, pois desse trabalho depende a aplicação integral da Constituição brasileira.

Ao adjetivar o texto da Carta Magna como “uma obra ciclópica, que em sentido figurado remete a obras monumentais e de difícil cumprimento”, o senador disse que a Constituição de 1988 é a mais extensa de nossa história, tendo sido aprovada já com imperfeições. Citou como exemplo a limitação de juros reais em 12% ao ano, “determinação nunca cumprida no país”.

Mesquita Júnior isentou, porém, os constituintes de culpa pela não conclusão das regulamentações dos dispositivos, e destacou os avanços sociais e a declaração de direitos presentes no documento.

– Os que a elaboraram estavam



Mesquita Júnior: “Ordenamento constitucional ainda está inacabado”

imbuídos de um elogiável sentimento salvacionista, depois do mais longo período discricionário já vivido pelo país. Essa circunstância explica o afã de construir uma democracia estável, duradoura e imune a crises.

Mudanças

Mesquita Júnior observou que nos 21 anos de existência da Constituição federal foram promulgadas 64 emendas constitucionais, enquanto o Supremo Tribunal Federal, no mesmo período, elaborou quase 1.400 páginas de decisões sobre matéria constitucional.

Adelmir Santana pede discussão das reformas política e tributária

Adelmir Santana (DEM-DF) defendeu a discussão das reformas política e tributária pelo Congresso e pela sociedade. Para ele, o momento é oportuno para debater esses temas, uma vez que 2010 é ano eleitoral e os candidatos começam a refletir sobre assuntos importantes para o Brasil.

O senador salientou que, apesar da discussão de reformas desse tipo ser aconselhada para o início de legislaturas, ele considera importante, pelo menos, dar início aos debates.

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) argumentou que a reforma política não é tratada com seriedade pelos parlamentares. Para ele, a sociedade brasileira só vai compreender a totalidade da missão do Parlamento quando as questões do sistema político-partidário

brasileiro forem resolvidas.

Adelmir Santana ressaltou que a sociedade e suas entidades devem ser chamadas a participar da discussão das reformas, especialmente da política. Ele disse que a população está “perplexa” com o nível de impunidade de corruptos e o Senado precisa fortalecer ideias comprometidas com a ética e o bem-estar da população.

Para o senador, a reforma tributária também é urgente, já que o sistema atual inibe o crescimento do país. Ele observou que a carga tributária está em mais de 37% do produto interno bruto (PIB) e vem aumentando a cada ano. Adelmir afirmou que, apesar dos gastos públicos terem aumentado, isso não significa que o povo recebe melhores serviços.

– O governo tem mostrado

Toda essa tarefa, porém, salientou o senador, “não permitiu a completude do texto constitucional”. Segundo informou, levantamentos feitos pelo Senado, pela Câmara e pela Justiça nem sequer coincidem sobre o número de dispositivos pendentes de regulamentação. Para o Judiciário, o país possui 366 leis que carecem de legislação integrativa; para o Senado, elas seriam 106 e, para a Câmara, 352 dispositivos.

Assim, sintetizou Mesquita Júnior, “a conclusão inquestionável é que, passadas duas décadas da promulgação, o ordenamento constitucional em vigor ainda está inacabado e incompleto, o que fragiliza a eficácia jurídica da Constituição”.

– Minhas ponderações não constituem uma crítica e menos ainda um julgamento. É apenas a constatação de uma lacuna que cabe a nós do Legislativo suprimos – disse Mesquita Júnior, que recebeu apoio, em aparte, dos senadores Marco Maciel (DEM-PE), Adelmir Santana (DEM-DF) e Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR).



Para senador, reforma tributária permitiria maior crescimento do PIB

que não sabe usar o dinheiro arrecadado. Gasta muito com custeio da máquina e menos com investimentos. Aumenta salários e incha a máquina pública, mas se esquece de aplicar em itens para o bem-estar da população, como rede de água e esgoto, investimento em saúde, educação, transporte e segurança – assinalou.

Marco Maciel (DEM-PE) disse que as reformas são prioritárias, pois representam a conclusão da Constituição de 1988.

Mozarildo sugere uso do voto contra a corrupção

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) defendeu, na sexta-feira, o uso do voto como arma contra a corrupção e lamentou a desesperança da sociedade brasileira com relação à política.

– Isso é muito lamentável e muito perigoso, pois na hora em que não há liberdade, substituímos o regime democrático pela ditadura e ditadura nenhuma no mundo mostrou ser boa – afirmou em seu discurso, analisando as próximas eleições gerais, em outubro.

Mozarildo pediu aos brasilei-



Mozarildo Cavalcanti: não existe regime melhor que a democracia

ros que não percam a esperança na democracia e lutem com a arma que têm para acabar com

a corrupção na política: o voto. Ele aproveitou para fazer um apelo para que o eleitor e a sociedade organizada se mobilizem pela moralização do voto e pela conscientização da importância de eleger pessoas de bem para qualquer cargo que esteja em disputa, promovendo, assim, uma revolução contra a corrupção.

– É preciso que nós tenhamos consciência de que não há regime melhor que a democracia, com um presidente eleito pela maioria da população – assinalou o parlamentar.



Hospital maternidade em Boa Vista terá até 150 leitos, informa Augusto

Augusto Botelho quer construção de hospital em RR

Augusto Botelho (PT-RR) fez um apelo para que o governo federal libere os recursos destinados no Orçamento para a construção de um hospital maternidade em Boa Vista, visando atender à população da área mais pobre e populosa da capital, região distante dos dois hospitais públicos existentes na cidade. Segundo o senador, há 22 meses, cerca de R\$ 16 milhões já estão disponíveis, só faltando o restante da verba para dar início às obras.

– Precisamos dar início a essa obra, que vai atender a muitas gestantes e a muitas pessoas que precisam de um serviço de saúde pública de qualidade em Roraima – afirmou.

O hospital maternidade, informou, é um projeto fruto de duas emendas parlamentares de sua autoria e deverá ser construído pelo governo estadual, podendo ter até 150 leitos, sendo 60 para partos.

Geovane Borges lamenta paralisação de obra em Macapá

Geovane Borges (PMDB-AP) lamentou, na sexta-feira, que o aeroporto de Macapá esteja com as obras paralisadas há três anos, apesar de o governo federal anunciar investimentos de R\$ 560 milhões em vários aeroportos brasileiros e garantir que as reformas estão em andamento.

O senador lembrou que o aeroporto de Macapá é de fundamental importância para o desenvolvimento do estado. Ele citou no discurso reportagem do jornal *O Globo* revelando que as eleições de outubro podem fazer o governo desistir da ideia de privatizar aeroportos, para evitar ataques da oposição.

Geovane Borges disse que há R\$ 5 milhões prontos para serem liberados para a obra em Macapá, além de outros R\$ 15 milhões em verbas federais a serem usadas na construção de pontes e nas áreas de saúde e de infraestrutura urbana.



Aeroporto é fundamental para a economia do estado, diz Geovane